



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES
GERÊNCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da Audiência Pública da 3ª CFEQ -
**Comissão de Finanças, Economia e
Orçamento**, realizada no dia 16 de setembro
de 2025.

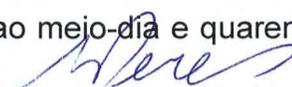
Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e oito minutos, realizou-se Audiência Pública da 3ª Comissão de Finanças, Economia e Orçamento (CFEQ), realizada no Plenário Adriano Jorge da Câmara Municipal de Manaus. Presidida pelo vereador **Marcelo Serafim (PSB)**, a Audiência Pública teve como tema central a reestruturação do Regime Próprio da Previdência Social do Município de Manaus, explanado pela presidente da Manausprev, Daniela Corrêia Benayon, que compôs a mesa. Estiveram presentes à Audiência Pública o vice-presidente da Comissão **Joelson Silva (AVANTE)**, os vereadores titulares da CFEQ: **Marco Castilhos (UNIÃO)**, **Eduardo Alfaia (AVANTE)**, **Mitoso (MDB)**, **Diego Afonso (UNIÃO)** e suplentes: **Dr. Eduardo Assis (AVANTE)**, **Allan Campelo (PODE)**, **Elan Alencar (DC)**, **Profª Jacqueline (UNIÃO)** e **Thaysa Lyppi (PRD)**. O vereador Marcelo Serafim abriu os trabalhos ressaltando a importância da audiência e informando sobre o prazo de 15 dias concedido para que os sindicatos apresentem suas propostas, sendo que a Manausprev terá igual período para analisá-las. A presidente da Manausprev apresentou um powerpoint com os principais pontos da reforma previdenciária. Na sequência, a senhora Dinah Teixeira, vice-presidente da Associação de Servidores de Área Não Específica (ASEM) destacou que em reformas previdenciárias o maior penalizado é o servidor público, lembrando que União, estados e municípios fazem aportes, mas são os servidores que sentem diretamente os impactos. Ressaltou ainda a ausência do Secretário de Finanças na audiência e enfatizou a necessidade de diálogo amplo e transparente. O representante da Sindicato dos Professores e Pedagogos de Manaus (ASPRON), Lambert Melo, criticou o projeto em tramitação, afirmando que não há comprovação do suposto déficit previdenciário, apontando falhas no estudo atuarial e destacando que a própria prestação de contas da Manausprev ao Tribunal de Contas de 2023 já indicava o cumprimento das exigências federais e soliciou a retirada do projeto de tramitação. A professora Ana Cristina Rodrigues, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas (SINTEAM), destacou os prejuízos aos trabalhadores em educação, principalmente às mulheres, que terão de contribuir mais tempo, comprometendo sua qualidade de vida. Afirmou que a reforma não é urgente e defendeu novo debate do tema "a partir do zero". Na sequência, a presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde, Cleidimir Francisca, reforçou o apelo contra a reforma, lembrando que os servidores já foram impactados com o aumento

Ata da Audiência Pública da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento - CFEO, realizada no dia 16 de setembro de 2025.

da contribuição de 11% para 14% na reforma anterior. Enfatizou que as mulheres serão ainda mais penalizadas, com aumento de sete anos no tempo de contribuição. Em seguida, Juliane Maury, presidente do Sindicato dos Fisioterapeutas (SINFISIO), também destacou os impactos da proposta sobre as mulheres, relatando dados de afastamento por doenças e pedindo atenção especial das vereadoras à pauta. Logo depois, Bruno Corrêa, diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), ressaltou a insuficiência do debate e a ausência de outros atores relevantes, como o Governo Federal e consultorias independentes, para aprofundar a análise do tema. A presidente da Manausprev, Daniela Benayon, respondeu aos questionamentos, explicando que os aportes atuais chegam a R\$ 10 milhões do Executivo e R\$ 3 milhões do Legislativo, e que a tendência é de crescimento desses valores. Relembrou que antes da criação da Manausprev, em 2005, não havia reserva previdenciária, o que contribuiu para o déficit atual. O vereador Rodrigo Guedes (PP) posicionou-se firmemente contra a proposta, considerando-a “um projeto de lei maléfico”. Enfatizou a injustiça do impacto diferenciado sobre as mulheres e chamou atenção para a ausência de necessidade legal da reforma, defendendo que os aportes são possíveis dentro da atual situação fiscal do município. O vereador Paulo Tayrone também manifestou preocupação, defendendo diálogo constante e mais amplo com os servidores. Ressaltou que não há mandamento constitucional para a reforma neste momento, mas apenas recomendações e criticou a aplicação de recursos da Manausprev em fundos de risco no passado e propôs emenda para minimizar os prejuízos, sobretudo às mulheres. O vereador José Ricardo (PT), por sua vez, defendeu maior aprofundamento das discussões, ressaltando que não há justificativa para a pressa na tramitação do projeto. Apresentou dados de arrecadação do município, mostrando superávit e margem dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que permitiria aumento de servidores e melhorias na previdência sem necessidade de mudanças drásticas. Também destacou que não há imposição legal do Ministério da Previdência para a realização da reforma. Dando prosseguimento à Audiência Pública, o vereador José Ricardo ressaltou a necessidade de retirar o projeto de tramitação para que possa retornar à Prefeitura e ser reavaliado em seus cálculos atuariais, uma vez que qualquer emenda ou alteração exigiria novo estudo técnico. Questionou se haveria, de fato, espaço para alterações no texto atual. Em seguida, o vereador Coronel Rosses fez uso da palavra, apontando a falta de transparência no processo e lembrando que o governo federal ainda não havia tomado decisão definitiva sobre a matéria. Criticou a condução do prefeito David Almeida, mencionando a rejeição popular e a pressa em votar um projeto que impacta diretamente os servidores. Afirmou que os trabalhadores seriam os maiores prejudicados, trabalhando mais, ganhando menos e perdendo direitos históricos. Por fim, manifestou-se contra a proposta e pediu a retirada do projeto de pauta. O vereador Gilmar Nascimento (AVANTE) ressaltou que o projeto não tramitava em regime de



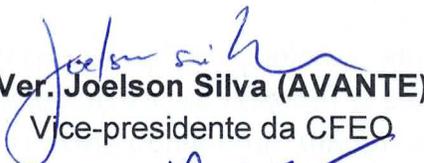
Ata da Audiência Pública da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento - CFEO, realizada no dia 16 de setembro de 2025.

urgência e que diversas reuniões já haviam sido realizadas, inclusive com a participação de sindicatos e representantes do Executivo. Destacou que a Câmara havia buscado ampliar o debate, garantindo prazo para a apresentação de emendas e a análise pela Manausprev. Defendeu que a questão fosse tratada com responsabilidade técnica e não apenas política, lembrando o histórico de reformas da previdência no Brasil e citando dados comparativos com outros municípios. Reiterou a importância do equilíbrio atuarial e a necessidade de informações claras para os servidores, sugerindo inclusive a elaboração de uma cartilha explicativa. Na sequência, a presidente da Manausprev, Daniela Benayon, respondeu aos questionamentos em bloco, reforçando que todas as propostas enviadas seriam analisadas e que, em alguns casos, seria necessário novo cálculo atuarial. Explicou que a consultoria responsável acompanha a autarquia desde 2012 e destacou os esforços para reduzir a exposição a fundos de risco herdados de gestões anteriores. Ressaltou que a reforma se justifica pela exigência de preservação do equilíbrio financeiro e atuarial previsto no artigo 40 da Constituição Federal. Afirmou que não é possível transferir imediatamente benefícios entre fundos, mas que, após a reforma, haveria condições para realizar a chamada “compra de vidas”. Também esclareceu dúvidas sobre concursos, reajustes e aposentadorias especiais de ACS e agentes de endemias. O vereador Rodrigo Guedes retomou a palavra para insistir na falta de transparência e questionar a composição do Conselho da Manausprev, ressaltando a necessidade de maior participação democrática. Reiterou sua posição contrária ao projeto, defendendo que ele deveria ser retirado de tramitação. O vereador Marcos Castilho encerrou as manifestações destacando a importância do debate e solicitando acesso à apresentação técnica utilizada pela presidente da Manausprev, a fim de subsidiar melhor a análise e a tomada de decisão pelos parlamentares. Encerradas as manifestações, o presidente da CFEO, vereador Marcelo Serafim, agradeceu a participação dos vereadores, representantes sindicais, servidores públicos e da presidente da Manausprev, ressaltando que os debates continuarão nas comissões competentes e que todas as propostas apresentadas serão analisadas. Reiterou o compromisso da Câmara Municipal com a transparência e com a busca por soluções que minimizem os impactos aos servidores. Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a audiência pública ao meio-dia e quarenta minutos. E, para constar, eu, Liege Albuquerque, Redatora (), lavrei a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.



Ver. Marcelo Serafim (PSB)
Presidente da CFEO

Ata da Audiência Pública da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento - CFEO, realizada no dia 16 de setembro de 2025.



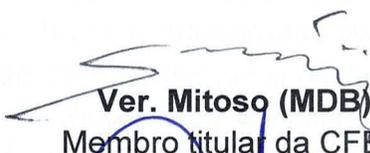
Ver. Joelson Silva (AVANTE)
Vice-presidente da CFEO



Ver. Marco Castilhos (UNIÃO)
Membro titular da CFEO



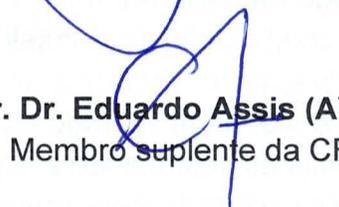
Ver. Eduardo Alfaia (AVANTE)
Membro titular da CFEO



Ver. Mitozo (MDB)
Membro titular da CFEO



Ver. Diego Afonso (UNIÃO)
Membro titular da CFEO



Ver. Dr. Eduardo Assis (AVANTE)
Membro suplente da CFEO

Ver. Alan Campelo (PODE)
Membro suplente da CFEO



Ver. Elan Alencar (DC)
Membro suplente da CFEO

Ver^a Jacqueline (UNIÃO)
Membro suplente da CFEO



Ver^a Thaysa Lyppi (PRD)
Membro suplente da CFEO